

Universidade Pública e processos de Privatização da Educação Superior: Papéis da avaliação institucional*

*José Dias Sobrinho***

Resumo: Minha intenção principal, nos limites deste texto, é trazer para o debate das contradições entre o público e o privado na educação superior a agenda da avaliação institucional como um mecanismo de intervenção e de consolidação de políticas. Em outras palavras, quero propor um convite que leve a pensar a avaliação como fazendo parte de uma agenda internacional, com propósitos políticos bem definidos, que ultrapassem de longe o âmbito acadêmico. As experiências avaliativas não estão limitadas a uma instituição ou a algum subsistema da educação superior em particular, nem mesmo a um país, quando se trata de uma ação homogênea e geral. O interesse que hoje provoca a avaliação institucional não se deve apenas aos legítimos propósitos de melhora acadêmico-científica e da eficiência administrativa das instituições, mas também é gerado pelas necessidades de controle da educação por parte dos governos e dos organismos supranacionais que seguem a cartilha e as receitas da doutrina neoliberal. A avaliação institucional é, pois, um mecanismo importante que reforça e ajuda a viabilizar uma ou outra tendência política que intervém sobre a universidade, com forte impacto não só sobre a concepção, mas também sobre a natureza mesma das universidades.

Palavras-chave: Avaliação institucional, universidade pública, privatização da educação superior.

Abstract: My main intention, in the limits of this text, is to bring for the debate the contradictions between the public and the private related to higher Education the agenda of the institutional evaluation as an intervention mechanism and of consolidation of politics. In other words, I would like to propose an invitation that permit to think the evaluation as part of an international agenda, with clear political purposes, that exceed the limits of the academical. When the evaluative experience is a homogeneous and general action, it is not particularly limited by a country, an institution or some subsystem of higher education. The high interest that the institutional evaluation provokes is not only related with the legitimate purposes of academic-scientific improvement and with the administrative efficacy of the institutions. This is also generated by the necessity of control that governments and international organizations, that follows the neoliberal doctrine, have. The institutional evaluation is, therefore, an important mechanism that reinforces and helps to make possible one or other political tendency, that intervene in the university, with strong impact not only about the conception, but also on the proper nature of the universities.

Key-words: Institutional evaluation, public university, privatization on higher education.

Como tudo o que é humano e, portanto, social, como é o caso da educação, se banha em valores e ideologias e tem uma significação ineludivelmente política, a avaliação de uma instituição educativa deve também ser compreendida como um fenômeno público e que interessa a toda a sociedade, muito mais que uma tarefa simplesmente técnica e de ação restrita, que pudesse encobrir as dúvidas e as contradições, que são virtualmente portadoras de transformações. Sendo mais direto: a avaliação institucional, neste momento, pode ser um instrumento do neoliberalismo e, então, entre outras coisas, de favorecimento das políticas franca ou veladamente

privatizantes ou, por outro lado, a avaliação universitária se realiza como um programa de resistência a essas políticas, de afirmação do sentido público da educação e de seus valores e princípios mais consistentes.

A avaliação institucional é uma prática relativamente nova no mundo. Até mesmo por isso e por não ser, conseqüentemente, uma área de conhecimentos e de ações práticas consolidado, é um campo de contendas e em intensa disputa. Os principais paradigmas da avaliação formam parte de um conflito de posições políticas, em que a busca de hegemonia e de produção de efeitos práticos superam muito a área da avaliação propriamente dita. Não se trata, então, de uma simples confrontação teórica ou meramente acadêmica, como se a questão fosse apenas técnica e circunscrita ao âmbito de cada instituição e como se fosse ainda tão somente uma disputa de grupos pela hegemonia de uma semântica. Em realidade, é uma

* Parte deste trabalho foi apresentado na mesa-redonda "A Universidade Pública no Brasil", no "I Congresso de Ciências da Educação", Unesp-Araraquara (20/10/97).

** Unicamp

importante questão política, que tem interesse público, porque produz fortes e substantivas implicações no sistema educativo e, portanto, na sociedade. A questão da avaliação institucional está, portanto, no centro da discussão do que deve ser a universidade relativamente a seu papel na construção da sociedade e na produção do futuro. Conseqüentemente, não é neutra, nem irrelevante, nem interessa somente à universidade. Ao contrário, é inescapavelmente uma questão de interesse social e público. Portanto, se uma determinada universidade eventualmente negligencia o imperativo ético da avaliação está, nesse caso, não apenas negando sua participação nesse campo de elevado interesse e significado público, mas também abrindo um flanco importante para a hegemonia de avaliações fundadas em enfoques mais ajustados à doutrina neoliberal e com critérios mais adequados e restritos ao mercado que propriamente à educação.

Em outras palavras, a universidade pública pode ter na avaliação institucional não só um mecanismo de melhora de suas ações e relações de produção de cidadania e conhecimentos, mas também um mecanismo de sua sobrevivência como instituição de natureza e funções públicas. Quero deixar claro que não me refiro somente às instituições federais e estaduais, mas também àquelas instituições que, não tendo finalidade lucrativa, embora não sejam gratuitas, procuram cumprir com muita seriedade as exigências de produzir uma educação de qualidade orientada pelos princípios e valores públicos. Para produzir isso, a universidade não pode abdicar do imperativo ético e da prerrogativa histórica da titularidade da avaliação.

As origens recentes do que hoje se conhece por avaliação institucional correspondem ao momento em que as idéias neoliberais ganham força no mundo do capitalismo avançado. Porém, é interessante mencionar que antes mesmo do auge daquilo que mais tarde veio a se chamar de neoliberalismo, ou seja, alguns anos antes de Margareth Thatcher (1979) e Reagan (1980), um laboratório dessa nova doutrina já funcionava em plena América Latina, mais precisamente no Governo Militar de Pinochet, desde 1973. Era o momento inaugural de um novo período em que o mundo capitalista avançado passa a sofrer uma importante recessão, em que se combinam elevadas ta-

xas de inflação com importante queda de produtividade. Para enfrentar essa nova situação, os arautos do neoliberalismo impõem suas receitas amargas: o Estado deve ser suficientemente forte para estabilizar a economia, controlar a moeda e os sindicatos, mas parcíssimo no que se refere aos gastos nos setores sociais.

A escassez dos recursos que passam a ser destinados à educação superior é um dos efeitos da política mais ampla de emagrecimento e asfixia do setor público, em benefício do privado. Essa doutrina pre-

tende desideologizar a ação política, tanto que se tornou hegemônica em muitos países governados tanto por políticos antes reconhecidos como de direita, quanto os enquadrados na esquerda, como é o caso dos social-democratas. O fato é que se mostrou muito eficiente no cumprimento de seus

principais objetivos. Com efeito, sua principal e mais imediata prioridade - vencer a inflação - foi logo realizada com sucesso, juntamente com o domínio sobre os sindicatos.

A América Latina, que já experimentara com Pinochet, antes mesmo dos países centrais, um programa de desregulação, desemprego, repressão aos sindicatos, privatização e aumento das desigualdades sociais e econômicas, não custou a aderir mais amplamente a essa doutrina. Lembramo-nos bem de como a Bolívia derrubou, a partir de 1985, a sua até então monumental taxa de inflação. Seguiram-se México (1988), Argentina (1989), Peru, Brasil (1990).

Papel muito importante na consolidação dessa doutrina e especialmente na adoção de suas receitas para a educação têm os organismos internacionais de caráter econômico e financeiro, principalmente o Banco Mundial. Não é necessário aqui analisar em detalhes as suas propostas e os comprometimentos que elas carregam à educação e à sociedade, especialmente no âmbito dos países mais pobres. Basta mencionar sinteticamente o que é essencial para o tema que estou desenvolvendo.

1. Princípios relativos aos direitos de escolaridade e de inversões públicas. O Banco Mundial recomenda às autoridades dos países designados como de terceiro mundo que, em termos gerais, a educação básica seja gratuita, com custos divididos entre os diversos poderes, podendo mesmo haver subsídios a crianças carentes. Na educação secundária se aplica-

**A questão da avaliação institucional
está, portanto, no centro
da discussão do que deve ser a
universidade relativamente a
seu papel na construção da
sociedade e na produção do futuro.**

ria uma cobrança seletiva, cabendo bolsas aos estudantes sem recursos. Para a educação superior, a recomendação é de que haja uma cobrança generalizada, com mecanismos de apoio (bolsas, empréstimos e exonerações fiscais) para os estudantes necessitados. Está muito claro que a prioridade absoluta deve ser conferida à educação básica e, depois desta, à secundária. Como corolário de tudo isso, o Banco Mundial propõe rigorosa racionalização e maior eficácia nos gastos públicos. Pelas análises do Banco, cuja metodologia alguns economistas discutem (1), a maior eficácia consistiria em investir os fundos públicos prioritariamente na educação básica. A tese é de que o maior retorno econômico e os efeitos mais rápidos derivariam da aplicação na educação básica. Não resta dúvida que é correto investir pesadamente na educação básica. O problema reside no fato de que essa prioridade deve acontecer, segundo a visão bancomundialista, em boa parte, às custas da educação superior. Como suporte dessa política está outro conceito que apresenta graves consequências às sociedades de nossos países: a idéia de que a pesquisa é coisa para os países ricos, que já teriam os recursos materiais e humanos instalados para desenvolvê-la. Aos países pobres cumpriria a tarefa de ampliar mais qualificadamente a massa de consumidores.

Resumindo de outra maneira, pode-se dizer que as receitas do BIRD procuram, em primeiro lugar, ajustar a educação a um novo tipo de Estado que não é mais o do Bem-Estar Social, ainda que esse conceito seja problemático quando aplicado a países pobres. De forma prática, deve o Estado reduzir os investimentos e aplicar à educação a mesma racionalidade da economia. Investimento atrelado ao princípio do retorno econômico mais imediato e visível. Por isso, deve o Estado imbuir-se do espírito controlador, planejador e avaliador.

2. Avaliação eficientista. Na lógica economicista do Banco Mundial, tanto para o ensino quanto para a pesquisa, um dos significados mais fortes da avalia-

ção da educação é a análise da correlação entre custos e rendimentos. A idéia que move essa avaliação é o aumento do número de produtos, racionalização dos gastos e otimização dos processos gerenciais. Essa avaliação repodutivista e eficientista deve ter, pois, maior controle também sobre os processos de ensino e aprendizagem e o currículo, bem como sobre os resultados. As palavras-chave, então, são eficiência, modernização, eficácia, efetividade dos custos, produtividade e, responsabilidade - no sentido da prestação de contas. O índice de valor do produto educacional é basicamente sua utilidade no sentido mercadológico. Em consequência, menor autonomia das instituições e dos professores. A avaliação se realiza, nesta perspectiva, como medição desses critérios, verificação do cumprimento de metas fixas e predeterminadas, através de instrumentos técnicos padronizados que possibilitam a quantificação dos insumos e produtos e, portanto, as hierarquizações

de grupos, cursos e instituições. A "qualidade" é assim reduzida àquilo que se pode medir e quantificar. E só se pode medir aquilo

**O problema está em reduzir essa realidade
tão complexa como é a educação
superior a uma expressão matematizável**

que é simples ou tornado banal. A medição e sua expressão numérica permitem a comparação das instituições e a produção de hierarquias, produzindo instrumentos tidos como objetivos e confiáveis para a assignação orçamentária, no caso das instituições públicas. Para tanto, passam a ser muito importantes indicadores como os seguintes: aumento anual de vagas preenchidas; número de alunos formados; proporção de docentes com titulação de mestre e doutor; proporção de docentes em dedicação exclusiva; proporção entre professores e estudantes e servidores; número e avaliação dos cursos de pós-graduação; tempo médio de conclusão de cursos; custo do aluno; capacidade de captação de recursos junto às empresas etc.. Esses e outros indicadores são indiscutivelmente imprescindíveis para qualquer avaliação. O problema está em reduzir essa realidade tão complexa como é a educação superior a uma expressão matematizável que, supostamente, permitiria um adequado planejamento do sistema e a adoção das políticas adequadas. A hierarquização tem valor político, pois induz as universidades a se enquadrarem em uma certa lógica de sociedade dominada pelo valor da competitividade, e produz importantes efeitos econômicos. No caso das públicas, a avaliação para fins de "ranking" cria ilhas de excelência e oceanos de carências, pois os recursos passam a ser compati-

1. Ver, dentre outros, o texto de José Luis Coraggio, *Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção?*, capítulo III do livro *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*, org. por Livia De Tommasi, Miriam Jorge Warde e Sérgio Haddad, Cortez Editora, São Paulo, 1996.

veis com as classificações baseadas em critérios homogêneos e não levam em conta a história, as condições e nem a missões específicas e concretas. Para as instituições privadas, tem grande impacto com efeito econômico a imagem social que essa avaliação constrói a respeito de cada instituição em particular e sua colocação no competitivo mercado educacional. Produz, também, efeitos no currículo, que deve antes de tudo estar afinado com as necessidades do mercado. Quem define os parâmetros dessa relação currículo-formação profissional são os instrumentos de avaliação. Aí não cabem aspectos importantíssimos do fenômeno educação, talvez os mais significativos e permanentes, como os relacionados à participação na vida social, ao desenvolvimento pessoal, aos valores, à afirmação da cidadania, à construção da consciência da nacionalidade etc..

3. Liberalização. Essa é uma expressão nova para designar um fenômeno já conhecido sob os nomes de diversificação dos modelos de universidade e também de favorecimento da privatização, no contexto da "modernização". Não se trata, necessariamente, de uma privatização declarada e plena, como se as universidades públicas de repente viessem a mudar completamente sua natureza jurídica e se tornassem instituições cabalmente privadas. A liberalização age através de mecanismos sutis e brandos. A universidade pública é restringida, passa por asfixias orçamentárias, submete-se às regras do mercado, tendo que competir com outras instituições semelhantes e até mesmo com empresas, precisa complementar seus recursos através de relações mercantilistas de venda de serviços, enfim, deve passar pelas provas da economia neoliberal. Aquelas mais ajustadas aos padrões das grandes instituições de ensino e sobretudo de pesquisa dos países avançados e que comportam centros de excelência em algumas áreas conservam a prerrogativa e os efeitos do nome universidade. Outras que por distintas razões não tiveram as condições de desenvolvimento da pesquisa, dedicando-se mais ao ensino, essas levariam o estatuto de Centros e assim por diante. Essa distinção não é neutra. Evidentemente, o prestígio maior é das universidades, especialmente aquelas que apresentam um sistema de pesquisas forte em áreas de maior reconhecimento econômico. Isso provoca, certamente, um desequilíbrio estrutural no interior dessas instituições, com fortalecimento e aumento de poder das áreas das ciências

duras e de tecnologia, em detrimento das ciências humanas e artes. Na mesma lógica, desvaloriza-se o ensino, diante da hegemonia da pesquisa, ao mesmo tempo que a universidade perde um pouco o sentido de pertinência e de compromisso com a sociedade que lhe assegura e requer sua existência, ao privilegiar exacerbadamente a idéia de excelência científica e as relações com os grandes centros internacionais da sociedade do conhecimento e com os interesses dos países desenvolvidos. Às dificuldades da edu-

cação pública, que produzem os efeitos de dismantelamento ou pelo menos enfraquecimento de seu sistema de pesquisa e queda de qualidade em sua tarefa formativa, corresponde o fortalecimento das instituições privadas, garantido também por políticas oficiais que facilitam a ampliação do mercado educacional.

Um processo avaliativo que se desenvolve no interior de uma instituição educativa, protagonizado por ela mesma ou pelo Estado, se insere necessariamente num campo de significação muito mais amplo que o âmbito dessa instituição em causa.

Com efeito, se particularmente para as universidades e para a educação em geral esta é a década da avaliação e se os Estados são declaradamente avaliadores, é também verdade que agora se experimenta um outro grande momento de expansão das instituições privadas de educação superior, em muitos países da América Latina (2). O argumento, verdadeiro, é que o setor público não tem como absorver a demanda que pode ser atendida pelo setor privado. Essa expansão é regulada pelos critérios da avaliação institucional em sua correlação com as novas propostas de diversificação institucional. Essa avaliação, operando com indicadores homogêneos e gerais, que permitam a comparação e a classificação das instituições, deve ser um instrumento de medida e de orientação para o sistema de financiamento das IES públicas e de distribuição de crédito educativo e outras modalidades de apoio para as privadas. O Chile foi pioneiro também nessa política. É importante destacar que o Chile exerce um estrito controle sobre a educação, mediante sobretudo políticas de distribuição de fundos estabelecidas sobre a base de um sistema amplo de avaliação. Particularmente importante é o MECE, um programa de melhoramento da educação que avalia todo o sistema educativo chileno, em todos os seus níveis, tendo como auge o exame nacional aplicado a todos os estudantes da escola média e que lhes possibilita, a muitos dos mais bem

2. Ver, por exemplo, nesta mesma edição de Avaliação, os trabalhos de Cunha, Trindade, Campbell e Krottsch.

sucedidos e conforme o índice que cada um alcance, a escolha da universidade e do curso, estes também hierarquizados pela avaliação. Pouco importa, aí, que seja universidade pública ou privada, todas recebem o dinheiro das matrículas dos estudantes mediante subvenção do Estado e em conformidade com os resultados da avaliação. O financiamento é, pois, junto com o processo de "acreditación", o grande mobilizador e organizador da avaliação. Reciprocamente, a avaliação é moldada pelos objetivos de controle e pela lógica da competitividade no mercado educacional. Embora a avaliação no Chile não seja uma imposição legal, na prática ela é quase imprescindível para a sobrevivência de qualquer universidade. Somente a instituição, pública ou privada, que a realiza, em processos internos de auto-avaliação, e externos, através dos pares, se credencia a receber importantes apoios oficiais administrados pelo "Fondo de Desarrollo Institucional", como por exemplo as subvenções oriundas das bolsas dos estudantes. A avaliação tem, portanto, um papel de elevada importância organizativa nas políticas oficiais do Chile. E essa avaliação, sendo um instrumento do Estado para controlar o sistema educativo, tem que ser marcadamente técnica, quantitativa, estandarizada e construída para organização de rankings, "acreditación" e distribuição dos recursos públicos a essas instituições meio públicas, meio privadas, mas necessariamente submetidas aos duros processos de competição. Ou seja, à disputa acirrada pela obtenção de recursos públicos e pela conquista de mais e dos melhores estudantes. Nessa lógica, melhores estudantes teoricamente produzem melhores resultados na avaliação, que por sua vez geram mais recursos e melhores estudantes...

Quero insistir uma vez mais na idéia de que a avaliação institucional faz parte de uma agenda que ultrapassa amplamente os limites estritos de uma universidade. Um processo avaliativo que se desenvolve no interior de uma instituição educativa, protagonizado por ela mesma ou pelo Estado, se insere necessariamente num campo de significação muito mais amplo que o âmbito dessa instituição em causa. Tem, portanto, interesse público e social. Insere-se num campo de contradições e disputas de significações, valores e concepções de universidade, de educação, de sociedade, de futuro. Para além da camada superficial da técnica e seus aspectos formais e operacionais, a avaliação tem essencialmente uma significação de fundo ético-político.

Estou propondo que não se faça uma avaliação técnica, objetiva, preponderantemente quantitativa e voltada à formulação de políticas pelo Estado? Não,

efetivamente. Quero deixar bem claro que reconhecimento indiscutível que os recursos públicos são insuficientes para atender sozinhos à demanda por educação, mesmo porque também são importantes a saúde, a segurança, a moradia, o emprego, o transporte etc. Entretanto, e este é um ponto também inquestionavelmente importante, é igualmente verdadeiro que a educação superior não pode ser desassistida pelos poderes públicos, especialmente porque cumpre funções públicas de mais alta relevância social: a produção e a socialização de conhecimentos de alto nível, a formação técnico-profissional necessária para o desenvolvimento do país e a formação da cidadania como base para a construção da nação. E isto ultrapassa largamente as possibilidades limitadas e os alcances de uma avaliação tecnicista realizada isoladamente.

Assistir a educação pública num quadro de recursos escassos exige a formulação de critérios claros e de uma avaliação que possibilite agir de acordo com prioridades. A avaliação, para isso, deve fornecer alguns instrumentos objetivos que permitam definir e executar políticas, dentre elas a "acreditación", o credenciamento, recredenciamento e reconhecimento de instituições, o que de alguma forma está ligado à questão do prestígio social, que é muito importante como mecanismo de demanda e atração de matrícula, à autonomia e também inevitavelmente às regulações dos critérios e políticas de financiamento. É, portanto, compreensível que o Estado tenha a sua avaliação, que corresponda às suas necessidades gerenciais e políticas. Entretanto, essa não deve ser a única avaliação, nem tampouco deve ser uma ação imposta de cima para baixo sem qualquer consideração com a grande e heterogênea comunidade universitária, que são os legítimos sujeitos da educação e, portanto, não lhes poderiam ser sonegados a prerrogativa, a responsabilidade e o conhecimento da ação avaliativa.

Também não se trata de pura e simplesmente apagar da avaliação as tendências racionalistas e positivistas, que criam os instrumentos técnicos objetivos. O problema é considerar essa perspectiva como se fosse a única avaliação possível e quem sabe necessária e como se fossem absolutamente confiáveis os seus resultados, já que seriam objetivos os instrumentos de coleta e de tratamento dos dados, e como se a objetividade científica fosse sempre inquestionável garantia de verdade.

Uma das grandes limitações desses procedimentos avaliativos é que eles, requerendo informações simples e rápidas, se atêm quase exclusivamente aos produtos ou resultados, ignorando as ricas sig-

nificações dos contextos e dos processos, concentram-se nas médias, fazendo abstração das especificidades e diferenças individuais ou setoriais, limitam-se a medir aquilo que é facilmente quantificável e observável imediatamente, deixando de lado a significação dos efeitos de médio e longo prazo e produzindo uma elementarização da complexidade dos fenômenos educativos e da polissemia dessa instituição multidimensional que é a universidade. Sendo a educação um fenômeno complexo e inegavelmente social, a sua avaliação não deve se limitar a verificar se os objetivos e metas foram alcançados, mas, antes, deve procurar interpretar os significados desses objetivos em relação aos princípios e propósitos fundamentais de uma instituição concreta em particular. Deve levar em conta que as situações educativas são sistemas abertos de comunicação, portanto são evolutivos, cambiantes, portadores de indefinidas possibilidades formativas e não podem caber em esquemas rígidos de instrumentos técnicos supostamente isentos de valores e receos de contaminações subjetivas. São também ricos de significação os comportamentos e atitudes não muito manifestos, interesses e opiniões de grupos e subgrupos nem sempre claramente explicitados, situações e acontecimentos do cotidiano que recusam qualquer esforço de previsão, de comparação e de planejamento, mas que não deveriam escapar dos recursos de uma avaliação qualitativa.

Outro problema importante é que essas avaliações impostas pelos organismos externos às universidades requerem necessariamente a hierarquização, portanto, instauram um regime de acirrada competição entre as instituições. Ora, a competitividade é um valor mais relacionado ao setor privado, que ao público. Submetendo-se ao regime de competitividade, as instituições públicas inclinam-se a favorecer a privatização de um capital público. Lançam no campo da competição dos interesses econômicos privados aquilo que é capital de uma nação, ou seja, a formação, a produção e socialização dos conhecimentos e da cultura, o desenvolvimento da consciência social, a crítica e a construção da sociedade. A competitividade dominada pelos interesses econômicos exacerba o individualismo, corrói a subjetividade, ou seja, a afirmação dos indivíduos como sujeitos sociais, destrói o sentido da solidariedade e da comunidade, que são valores imprescindíveis à construção da esfera pública.

**Trata-se muito mais de construção
da nacionalidade através do resgate da
comunidade e da solidariedade.**

O que acabei de dizer não significa, evidentemente, que as universidades, e me refiro especialmente às públicas, não devem ser competentes, eficientes, eficazes, produtivas, responsáveis no uso dos recursos. Do ponto de vista ético, estão todas irrecusavelmente comprometidas com a qualidade.

Entretanto, a lógica da universidade pública deve ser diferente da lógica que lhe quer impor a doutrina economicista. A administração eficiente de uma universidade

pública se orienta não pelo valor do lucro, mas pelo sentido ético de sua função social. A produtividade e a competência não se reduzem a números e estatísticas, mas devem ser julgadas de acordo com critérios de qualidade científica e de relevância social, de equidade e de pertinência.

Não se trata, então, da lógica do lucro ou do rendimento econômico, simplesmente. Trata-se muito mais de construção da nacionalidade através do resgate da comunidade e da solidariedade. Se a universidade pública e aquelas outras instituições de educação não estatais que têm forte o sentido do público tiverem que se desviar dessa função, por requerimentos de sobrevivência e por imposição de um quadro político e econômico adverso, qual a instituição que a isso se dedicará? É a universidade pública que produz a grande maioria das pesquisas em muitos países e certamente no Brasil, é ela que produz não só os conhecimentos técnicos e científicos necessários para o desenvolvimento do país, mas também as críticas essenciais à construção de uma sociedade.

Uma avaliação que produz a competitividade de acordo com as leis da selva ou do darwinismo social e fortalece o entendimento da educação como um elemento do mercado acaba retirando da universidade a sua inalienável prerrogativa da crítica. Como mais um elemento do mercado, a universidade não tem o afastamento necessário para o exercício da crítica. Tudo vai se passar, então, como se o mercado devesse ser naturalmente, espontaneamente, soberanamente, o organizador da sociedade. Ora, a avaliação institucional deve propor-se a aprofundar as condições da crítica na universidade, promovendo os debates públicos e desenvolvendo-se como uma ação coletiva rigorosamente crítica da própria instituição em seu âmbito interno e sobretudo nas suas relações com a sociedade.

É importante não perder de vista que a universidade é uma instituição da sociedade e a ela deve se referenciar. Isto faz emergir o valor da equidade. A universidade deve ser uma instituição que ajude a produzir o desenvolvimento de toda a sociedade, não apenas de setores privilegiados pela organização econômica. Por exemplo, prestar serviços à grande indústria é também importante para o desenvolvimento do país, mas isso deve se submeter aos princípios éticos do valor social desses serviços, ou seja, a seu valor como benefício público. Universidade que age segundo o princípio da equidade deve estar atenta às demandas de toda a sociedade e, para não aprofundar as desigualdades já existentes, deve procurar corresponder às necessidades consideradas legítimas dos setores mais carentes da sociedade. A universidade pública deve ter as condições para minimizar as fortes tendências de criação de dois tipos de gente:

o cidadão incluído no mercado globalizado do trabalho e do conhecimento e o indivíduo marginalizado e excluído de qualquer condição de competir por emprego e

por uma vida minimamente digna. A Avaliação da universidade não pode eximir-se dessa análise de fundo: avaliar como está a universidade cumprindo esse irrecusável princípio da equidade, sempre com qualidade.

A avaliação não deve, também, deixar de estar atenta ao valor da pertinência, ao sentido de enraizamento da instituição na realidade social a que pertence. Claro que há uma sociedade universal da ciência, do conhecimento, a que a universidade de qualidade deve referenciar-se. Mas, em nome disso, não pode a universidade perder suas referências de pertinência a uma realidade concreta que lhe confere existência real e lhe determina o quadro de valores e de compromissos sociais a serem consolidados e cumpridos. "De minha aldeia contemplo o mundo", diz o poeta Fernando Pessoa. Esse verso que carrega um poder de síntese extraordinário ajuda a compreender a necessidade e, mais do que isso, a inexorabilidade da relação entre o regional e o universal. Entretanto, a globalização quer hoje impor a idéia da homogeneidade, do apagamento das culturas e das realidades locais e regionais. A universidade não só deve evitar o apelo abstracionista de ser uma universidade mais voltada às demandas internacionais do mercado e da sociedade do conhecimento, como também obviamente preservando sua relação com a uni-

versalidade, deve aprofundar suas raízes na realidade, construir sua identidade própria, definir sua própria missão em relação à sociedade concreta e avaliar a realização dessa pertinência e desses compromissos de interesse público fundamentais.

O público tem muito a ver com a qualidade e com a cidadania. Mas, todos esses conceitos muito fortes precisam ser, publicamente, e, então, democraticamente, redefinidos na universidade. Quais são hoje os sentidos do público e suas relações com o privado? O que significa qualidade educativa? É necessário e urgente descontaminar o significado dessa expressão dos conteúdos da qualidade total, da lógica economicista de rendimento, lucratividade, competitividade, eficiência e produtividade. É preciso recuperar a significação social e ética da qualidade. A universidade deve também rediscutir, e a ava-

liação é um mecanismo adequado para isso, o significado e as exigências novas da cidadania. Que pode e deve a universidade pública realizar para combater a exclusão e a tendência de redução do cidadão em

A avaliação da universidade pública não pode negligenciar o significado público da educação superior pública.

consumidor? São questões importantes para a avaliação de uma universidade pública, muito mais ao fundo que a verificação do estado ou situação visível e mensurável através de alguns instrumentos técnicos.

É também necessário romper essa oposição simples entre o público e o privado. Numa correlação de forças, hoje, só a esfera privada lucrativista se beneficia do confronto. A oposição deve ceder lugar à cooperação, desde que se preservem a qualidade e o sentido público da formação e do conhecimento. Em outras palavras, deve-se admitir que a universidade pública não dá conta de atender a toda a demanda universitária. Há, portanto, um espaço para as universidades privadas e muitas delas, especialmente as confessionais e comunitárias, já se instalaram com qualidade em algumas áreas e com inegável significação para as comunidades regionais. Essas que cumprem com qualidade os seus compromissos de sentido público merecem respeito. O que não pode acontecer é o desenvolvimento afoito da universidade privada lucrativista e de baixa qualidade, facilitado e fortalecido pela política de asfixia da pública. Inadmissível que a educação superior se transforme em um amplo sistema de empresas comerciais com pouca ou sem nenhuma responsabilidade quanto ao sentido social da educação. Também não há indícios de que esse sistema privado mercantilista esteja interes-

sado em desenvolver a pesquisa, nem sequer se percebe que tenha condições e vontade para investir pesadamente em laboratórios e qualificação de pessoal, a não ser dentro da lógica de fachada ou de marketing e nos limites das exigências burocráticas.

A esfera pública sofre hoje uma campanha de desmoralização, como se fosse o sinônimo de desperdício, de incompetência e até de corrupção e como se a virtude e a eficiência fossem patrimônio da esfera privada. Isto não é verdade nem no Brasil, nem em países avançados, como muitos estudos e exemplos comprovam. É muito difícil convencer a opinião pública e a grande imprensa de que, apesar dos reais problemas, ineficiências, gastos desnecessários e mesmo desídiás existentes em universidades públicas (onde não?), são elas que respondem por quase 90% da pesquisa, pela formação de novos pesquisadores e que atendem a demandas de interesse público muito importantes e variáveis. Por exemplo, embora esses serviços não lhes sejam essenciais, as universidades públicas mantêm hospitais e clínicas de incomensurável importância para a grande população pobre (dada a falência da saúde pública), escolas de diversos níveis, museus, orquestras, corais, teatros, rádios, canais e programas de televisão, editoras, fazendas experimentais, observatórios astronômicos, estações meteorológicas, preservam zonas de interesse ecológico, desenvolvem programas para a terceira idade, assessoram os poderes públicos e quadros para os

diversos postos da nação etc.. De modo essencial, produzem pesquisas e serviços que beneficiam a indústria, a saúde, a agricultura, a educação, os transportes, a construção civil, as artes... A avaliação da universidade pública não pode negligenciar o significado público da educação superior pública. Quanto vale para a nação, para muito além do valor de mercado, a formação de um professor para a educação básica? De um engenheiro, de um médico, de um economista...? Quanto representa para a sociedade o desenvolvimento de uma nova técnica de cirurgia? A resolução de um problema que afeta a produção de alimentos, qual o valor econômico e social de uma investigação que supera, por exemplo, uma doença dos laranjais? Quem cuida da ciência pura e da pesquisa básica, que exigem uma permanentemente atualizada e elevada formação e requerem pesados e contínuos investimentos? Quem, para além da mera transmissão mecânica, produz conhecimentos e forma pesquisadores de alto nível em áreas como filosofia, artes e letras, cujos efeitos podem não ser nem muito visíveis nem imediatos, e, portanto, não têm muito poder de negociação no mercado, mas são fundamentais para nação? Quanto vale para um país a nação? Quanto vale a cidadania? Quanto custa a falta de investimento em educação? Quanto deve valer a educação pública?

Questões como essas a avaliação institucional não pode sufocar nem evitar.